



23<sup>a</sup> - 13/10/2006

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO  
REALIZADA NO DIA TREZE DE OUTUBRO DE  
DOIS MIL E SEIS

Aos treze dias do mês de Outubro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião extraordinária da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara e os senhores Vereadores António Joaquim da Silva Danado, João Miguel Amaro Marques, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Rogério António Pinto, Adriano António Chaveiro e José Claudino Tregeira, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, eram vinte e uma horas quando o senhor Presidente declarou aberta a reunião, oportunamente convocada pelo próprio, de acordo com o número dois do artigo sexagésimo terceiro Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela lê número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Análise da Situação e Tomada de Posição sobre Prestação de Serviços de Saúde no Concelho de Montemor- o- Novo

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para saudar o público presente bem como pedir desculpa pelas condições físicas do Salão Nobre porque não se esperava tão grande afluência de cidadãos. Manifestou a sua satisfação pelo interesse demonstrado por este tema que pode afectar negativamente a população do concelho.

Apresentou seguidamente um esclarecimento sobre o decurso das reuniões extraordinárias, assim explicou que estas reuniões são convocadas somente para discutir os pontos agendados na ordem de trabalhos, não existindo Período Antes da Ordem do Dia nem Atendimento de Múncipes, como tal os cidadãos não podem intervir, fez aqui um apelo para que os múnicipes presentes respeitem o decurso dos trabalhos e dispensem qualquer tipo de comentários mantendo uma posição de civismo de forma a cumprir o que está estabelecido por legislação.

Disse depois o senhor Presidente que a presente reunião foi convocada tendo em conta que a Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Directora do Centro de Saúde anunciaram publicamente através de órgãos da comunicação social, sem qualquer informação prévia à Câmara, o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do nosso Centro de Saúde e ainda as informações ou dados já confirmados da intenção de encerramento do internamento clínico do Centro de Saúde, bem como a intenção ou mesmo já o encerramento de várias Extensões de Saúde, conhecidas pela designação de Postos Médicos, em várias freguesias.

Estamos portanto, disse, perante uma situação que pode configurar, por parte do Governo e dos responsáveis regionais e locais de saúde, um grave atentado ao nível da prestação de cuidados públicos de saúde à população do concelho e à qualidade de vida do concelho.

Acrescentou o senhor Presidente que o anúncio do encerramento do SAP surgiu na sequência de um documento do Ministério da Saúde intitulado “Proposta de Rede de Serviços de Urgência”, embora aquele documento, que está em audiência pública, não faça referência ao encerramento de qualquer serviço de saúde no nosso concelho. O documento faz mesmo uma distinção entre “serviços de atendimento permanente” e “serviços de urgência” e diz expressamente que só se ocupa destes últimos.

Perante o anúncio de discussão pública daquele documento, o senhor Presidente disse que a Câmara teria de tomar posição porque a proposta de criação de um novo Serviço de Urgência Básica (SUB) excluía inexplicavelmente Montemor quando o nosso concelho tem todas as condições para receber

*Handwritten signature and initials*

aquela nova unidade de saúde e cumpre os critérios que o próprio Ministério da Saúde define. Mas, disse, nada naquele documento implica ou aponta para o encerramento do SAP.

Acrescentou depois o senhor Presidente que, pelo sim pelo não, formulou um pedido de esclarecimento junto da Senhora Presidente da Administração Regional de Saúde, do seguinte teor:

*1. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tomou conhecimento de um documento do Ministério Saúde, apresentado para audição pública, intitulado "Proposta de Rede de Serviços de Urgência".*

*2. Nesse documento não parece haver qualquer referência explícita ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo. Contudo, na página 35, Capítulo IV - Análise Global Proposta, Ponto 11, afirma-se: "Assume-se claramente uma diferenciação de conceitos entre o Serviço Urgência integrada na Rede de Urgências e o Serviço de Atendimento Permanente / Serviço de Atendimento a Situações Urgentes (SAP) localizado em Centros de Saúde "*

*J. Pretende esta câmara analisar aprofundadamente o documento em causa, nomeadamente as implicações que o mesmo poderá ter na prestação de cuidados de saúde públicos no concelho de Montemor-o-Novo, pelo que solicitamos os seguintes esclarecimentos:*

- a) Em que consiste a diferenciação de conceitos assumida mas não explícita no documento?*
- b) Se estão previstas alterações ao funcionamento do SAP no Centro de Saúde de Montemor?*
- c) Sendo positiva a resposta anterior, quais são concretamente as alterações previstas, nomeadamente quanto ao horário e meios de funcionamento?*
- d) Admitindo que o documento em causa, devido à referida diferenciação de conceitos, não trata os Serviços de Atendimento Permanente, em que área do Serviço Nacional de Saúde ficam integrados?*
- e) Está previsto algum programa de requalificação dos Serviços de Atendimento Permanente?*

Dois dias após o envio da presente carta recebeu um contacto por parte de uma jornalista da RTP a qual deu conhecimento da entrevista dada pela Presidente ARS do Alentejo dando conhecimento da intenção de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente e do internamento clínico em Montemor.

Após estas informações as preocupações aumentaram, pelo que o senhor Presidente entendeu solicitar uma reunião com carácter de urgência à Presidente da ARS a qual, após algumas dificuldades de calendário, terá lugar proximamente. As preocupações crescentes face às informações que iam chegando, levaram a que o senhor Presidente considerasse a hipótese de reunir extraordinariamente a Câmara, hipótese que foi transmitida em reunião de Câmara. Entretanto, foi possível confirmar as declarações de intenção de encerramento do SAP efectuadas pela Presidente da ARS à televisão bem como as declarações da Directora do Centro de Saúde à rádio e outras informações saídas na comunicação social e foi perante estas informações que decidiu agendar a presente reunião de Câmara. Porém, em termos de entidades oficiais não foi dada qualquer informação à Câmara.

Para a presente reunião foi distribuída aos senhores Vereadores toda a documentação disponível, nomeadamente a Proposta da Rede de Serviços de Urgência Básica, os faxes enviados e recebidos e mais alguns documentos sobre a matéria.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente disse que há uns anos a esta parte que regularmente vem a público a intenção de encerrar os serviços acima referidos, no entanto não houve concretização das intenções formuladas, tendo nessa altura existido também posições por parte da Câmara Municipal.

Recentemente, em finais de 2005 e nos primeiros meses de 2006, surgiu novamente a mesma questão e nesse sentido a Câmara e Assembleia Municipal solicitaram esclarecimentos sobre o assunto, tendo a ARS respondido a garantir não se prever o encerramento do SAP e Internamento. Posteriormente realizou-se uma reunião entre a Câmara Municipal e o senhor Sub Director da ARS de Évora onde igualmente foi transmitida a não intenção de encerrar os referidos serviços, acrescentado ainda que estavam a estabelecer negociações com o Hospital Infantil de S. João de Deus para averiguar da possibilidade do alargamento do internamento. Como tal acha surpreendente que após todas as situações atrás expostas em que claramente afirmavam não encerrar o SAP e Internamento clínico apareça agora a público as intenções de proceder aos referidos encerramentos.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente disse que a senhora Directora do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo prestou declarações à RNA afirmando peremptoriamente que o SAP será encerrado admitindo o encerramento do internamento clínico bem como de várias Extensões de Saúde. Quanto a estas, para além de S. Brissos encerrado há muito com enormes prejuízos para a população, estão em curso os encerramentos de S. Geraldo, Cortiço e Baldios bem como notícias de intenção de encerramentos em Casa Branca e Silveiras. Existe mesmo a informação de que há mais dois meses que não existe deslocação de médico à Extensão de Saúde de Baldios.

Acrescentou ainda o senhor Presidente que a senhora Directora do Centro de Saúde estabeleceu uma ligação do documento que está em audiência pública com o SAP, porém no documento não se verifica incompatibilidade na continuidade do SAP, o que significa pela leitura, que nada implica o seu encerramento o que se depreende é que a pretexto deste documento pretendem encerrar vários serviços de saúde.

Cabe portanto a esta Câmara Municipal analisar os dados que dispõe e tomar posição já que se estas medidas se vierem a concretizar vai verificar-se uma significativa quebra na prestação de cuidados de saúde no concelho, uma quebra que afecta sobretudo os munícipes de menores recursos financeiros, colocando-se em causa a qualidade de vida em Montemor. Considerou inaceitável que estas medidas com tão grande impactos negativos sejam decididas desta forma, fugindo ao diálogo, enganando órgãos autárquicos eleitos pelo voto popular, omitindo informações, tentando impor a política do facto consumado.

A Câmara Municipal sempre manteve abertura para o diálogo, sempre manteve contactos com o Ministério da Saúde, e Centro de Saúde de Montemor, sempre se dispôs a contribuir para a melhoria das condições de funcionamento das estruturas do Serviço Nacional de Saúde existentes no concelho mesmo quando isso significava ir para além das suas competências.

No contexto atrás exposto verifica-se a necessidade e a urgência de a Câmara Municipal órgão eleito que deve defender os interesses colectivos da população, fazer uma discussão e tomar posição sobre questão tão grave para o futuro do concelho e da sua população. Deve, pois, nesta discussão ter-se em conta:

- A Câmara Municipal não recebeu qualquer informação oficial sobre as intenções anunciadas ou em curso de encerramento do SAP, do internamento clínico de vários postos médicos;
- Questionada várias vezes pela Câmara e Assembleia Municipal, a ARS respondeu negando o encerramento do SAP ou de qualquer serviço e, agora vem publicamente anunciar o contrário;
- A proposta de Rede de Serviços de Urgência, apresentada para discussão pública, é compatível com o actual funcionamento do SAP, não propõe o encerramento de nenhum serviço em Montemor-o-Novo e é abusivo usá-la para justificar a antiga vontade de encerrar serviços de saúde em Montemor pretendida há muito por responsáveis locais e regionais de saúde;
- A Câmara deve intervir na discussão pública da Rede de Serviços de Urgência propondo a localização de um Serviço de Urgência Básico na cidade, questão óbvia para quem olhar sem preconceitos o distrito, e corrigindo os erros daquela proposta.

Concluindo a sua intervenção, o senhor Presidente disse que esta situação foi despoletada pelos responsáveis regionais e locais do Ministério da Saúde e que cabe à Câmara analisar a situação criada e o impacto destas medidas no concelho e tomar as posições adequadas à defesa do direitos à saúde da população do concelho.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Tregeira para afirmar que as suas posições foram sempre tomadas em defesa dos interesses da população de Montemor, como é o caso em apreço.

Salientou que não existe o serviço de urgências em Montemor, porém dever-se-á tomar medidas para que esse serviço fosse instalado em Montemor. Colocou grandes dúvidas em relação à funcionalidade e às distâncias que é necessário efectuar se se efectivar o que pretende.

A terminar o senhor Vereador Tregeira afirmou que a ARS mentiu ao afirmar que não encerravam o SAP e internamento e agora vêm dizer o oposto, embora ainda não esteja nada definido.

Foi o senhor Vereador Rogério que interveio seguidamente começando por dizer que comungava das palavras proferidas pelo senhor Vereador Tregeira, quando afirma que está sempre ao lado da população de Montemor.

Por outro lado, considerou que a reunião de Câmara mais parecia um comício, no entanto disse que está inteiramente com a população de Montemor, estando a favor de tudo o que seja bom para essa

população, mas que também podiam contar com ele para combater todos aqueles que a propósito da defesa de Montemor querem atacar essa população.

Discorda da forma como a reunião foi convocada, contrariando o que o senhor Presidente tinha afirmado na reunião anterior, e que se tivessem mobilizado as pessoas para vir assistir à discussão de um assunto que nem está na ordem do dia. Mas mesmo que estivesse o assunto deveria ser discutido a frio somente entre o executivo, onde seriam estudadas medidas para minorar os efeitos das eventuais medidas do governo sobre a população.

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador Rogério disse que quando nos é presente um problema de peso se ele não for discutido com a devida atenção e dirigido pelo caminho adequado o mais provável é que seja contraproducente.

O que tem estado a ser discutido no país é a questão dos serviços de urgência, e não dos SAP. Montemor não tem tido serviço de urgências e por isso não nos podem tirar uma coisa que não temos.

Para mobilizar a população ligaram-se duas coisas que não estão em discussão: encerramento do SAP e do internamento. Quanto ao primeiro não é para encerrar quando muito fazer algum acerto de horário de funcionamento e o segundo, como os vereadores CDU sabem é para manter em Montemor, primeiro nas condições em que ele existe hoje e depois nos termos que resultarem das negociações que irão decorrer com o Hospital de S. João de Deus.

Continuando a sua intervenção o senhor Vereador Rogério disse que o documento que o senhor Presidente distribuiu está na Internet há tempo e estará em discussão pública até ao final do mês, o que se pressupunha era que a Câmara Municipal se estivesse interessada em tratar dos assuntos de Montemor, analisasse em conjunto com os vereadores a proposta e elaborassem um documento de parecer que justificasse a posição defendida pela Câmara, relativamente ao que está em causa, e o que está em causa é que o serviços de urgência que servirá a zona de Montemor está apontado para Vendas Novas e deveria ficar em Montemor. No entanto, não é o que se está a verificar, pois a maioria da Câmara Municipal, não está interessada resolver e esclarecer a população mas antes em misturar tudo: SAP com internamento e dizer que tudo isto vai encerrar, apesar de não haver qualquer informação oficial.

Disse ainda que o SAP que serve a população de Montemor trabalha 24 h, mas só devido a uma situação muito particular e que no resto do país, nomeadamente na localidade onde habita esta situação não se verifica.

O SAP não é para encerrar, não dispomos de serviço de urgência, então para que serviu esta reunião extraordinária tão urgente.

O que em seu entender deve ser feito é um documento que defenda que o serviço de urgência básica (SUB) previsto para Vendas Novas fique sedado em Montemor, ao invés da realização de vigílias.

Da forma como o processo está a decorrer separa a população e dá a entender que se trata de uma "guerra" partidária, por outro lado enquanto o assunto estiver na área da negociação deve ser encarado como tal e negociado, pois pudemos sempre argumentar com o número da nossa população e a centralidade, e é nisto que deve assentar a nossa tese para sermos contemplados um ponto na rede de urgências.

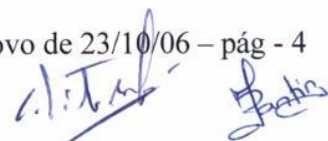
Acha ainda o mesmo autarca que se está a lançar uma batalha que ainda não existe e quando chegara altura não vamos ter o apoio que deveríamos ter.

O Presidente da Câmara solicitou uma reunião com urgência à ARS e depois a reunião foi agendada e o Presidente da Câmara não compareceu e não se fez representar.

Continuando a intervir o senhor Vereador disse concordar com a filosofia do Governo, e o que está a tentar levar a efeito é o que se pratica há mais de 30 anos noutros países, ou seja concentrar os recursos humanos e tecnológicos de forma a poder melhorar em qualidade e quantidade os serviços médicos prestado; á população um melhor apoio, um atendimento digno com exames complementares.

A terminar disse que ainda se dispõe de tempo até final do mês para tomar medidas para que as urgências fiquem em Montemor, pois não é com vigílias que se resolve o problema, a forma de resolver é pela via do diálogo com quem de direito e com argumentos válidos.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques que disse não comungar da opinião de que as vigílias nada resolvem sobretudo quando está em causa a prepotência de quem quer impor medidas que prejudicam as populações como é o caso. Há uma diferenciação muito grande entre os conceitos de "determinação", que o Governo que fazer passar, e de "prepotência". De facto, verifica-se uma grande



diferença entre aquilo que é dito pelo Governo e aquilo que tem vindo a ser levado a efeito pelo mesmo Governo.

Relembrou a grande manifestação a nível nacional que ontem ocorreu em Lisboa e que juntou cerca de 100 mil pessoas em protesto contra as políticas do governo e, a seguir, as declarações do Governo que demonstram a insensibilidade social e essa prepotência.

Salientou, dirigindo-se ao Vereador Rogério Pinto, que nem todas as Câmaras Municipais têm o privilegio de ter no seu Executivos porta-vozes do Governo como é o caso da nossa, até conseguimos obter informações que muitas vezes a Câmara Municipal não dispõe.

Abordou depois a questão em apreço lembrou que a Câmara e a Assembleia Municipais fizeram vários contactos com a ARS e obtiveram sempre a garantia de que não iam ser encerrados quaisquer serviços de saúde do concelho.

Considerou que as declarações feitas pelos responsáveis de saúde demonstram uma falta de ética e consideração institucional.

Disse ainda o senhor Vereador João Marques que quem misturou as situações foram as senhoras Directora da ARS e Centro de Saúde de Montemor-o-Novo que afirmaram peremptoriamente aqueles serviços seriam para encerrar em declarações que prestaram a alguns meios de comunicação social, nomeadamente à RTP e Rádio Nova Antena.

Foi o senhor Vereador Danado que usou seguidamente da palavra tendo afirmado que estará presente em vigílias sempre que o povo lá estiver, disse que enquanto cidadão é um direito que lhe assiste, enquanto Vereador desta Câmara apoiará todos os documentos que sejam em defesa dos direitos da população.

Disse seguidamente que o senhor Presidente da Câmara solicitou esclarecimentos à ARS após informações que obteve através da comunicação social e nomeadamente de reportagem da RTP, sendo que a resposta foi enviada para um fax já desactivado, não sendo este o número que foi indicado e por outro lado deveriam também estabelecer um contacto telefónico prévio a confirmar a referida reunião.

Durante o dia a Rádio Nova Antena transmitiu as declarações da Directora do Centro de Saúde onde sempre manifestou a intenção do encerramento do SAP e do Internamento, ao invés do que foi afirmado no dia 30 de Janeiro do corrente ano em que o senhor Sub-Director da ARS afirmou não se prever o encerramento dos referidos serviços, nem de outros que pudessem prejudicar os utentes.

Disse ainda o mesmo autarca sentir-se "filho" de Montemor e como tal estará sempre com as lutas da população e contribuirá para a elaboração de um documento com argumentos para que se resolva a situação bem da população, pois todos devem ter acesso aos serviços de saúde.

Interveio novamente o senhor Presidente para afirmar que compreende o incómodo do senhor Vereador Rogério, que tenta mostrar que não está contra os interesses do concelho e da sua população quando defende as posições do Governo do PS e dos responsáveis regionais e locais do Ministério da Saúde que querem encerrar os serviços públicos de saúde pondo em causa o direito à saúde dos Montemorenses. Acrescentou que, ao contrário daquele Vereador está satisfeito por ver o Salão Nobre da Câmara cheio de munícipes que estão legitimamente preocupados com o problema da saúde no concelho e vêm, como é seu direito democrático, assistir à reunião de Câmara. Neste tipo de situações é necessário que impere a calma e se trate do assunto premente, o encerramento ou não de serviços de saúde, e não se desvie a atenção para questões acessórias. Disse depois o senhor Presidente que, numa posição de abertura e seriedade foi enviada uma carta à senhora Presidente da ARS pedindo esclarecimentos para que, de uma forma concertada e pela via do diálogo se pudesse tomar posição, carta essa que não obteve resposta. É alguém da ARS que vem confundir e falar do encerramento do SAP e Internamento, declarações confirmadas pela RTP na passada terça-feira.

Ainda no uso da palavra o senhor Presidente transmitiu que na segunda-feira passada enviou um novo fax à ARS, face à confirmação das declarações de encerramento do SAP por responsáveis regionais e locais de saúde. Nesse fax pediu uma reunião urgente para esse mesmo dia ou para o dia seguinte sem que houvesse resposta da ARS a qual só posteriormente marcou a reunião por fax sem confirmar a sua disponibilidade.

Esta questão foi, entretanto, esclarecida e ultrapassada e é acessório face ao problema central do anúncio do encerramento do SAP, problema fundamental a discutir hoje ainda que se tente desviar dele a atenção.

Reafirmou que quem misturou a situação foi a senhora Directora da ARS que em reuniões e declarações públicas afirmou a intenção de encerramento do SAP Internamento tentando justificar a velha intenção de encerrar aqueles Serviços públicos de saúde com o documento da Rede de Serviços de Urgência que não fala sequer nesse assunto.

Ora, tratando-se de declarações públicas (disse o senhor Presidente) têm que ser tomadas em conta.

O SAP funciona 24 horas por dia se for reduzido esse horário automaticamente deixa de ser serviço de atendimento permanente o que significa, ao contrário do que o Vereador Rogério disse para defender os responsáveis de Saúde e não quem vive em Montemor, que a população verá diminuir os cuidados de saúde de que hoje usufrui.

A urgência da realização desta reunião de Câmara tem que ver com as declarações públicas proferidas pelas senhoras Directoras do Centro de Saúde de Montemor e da ARS. A Câmara foi eleita para defender os interesses da população do nosso concelho e não as posições do Governo ou dos responsáveis de saúde pelo que, face à gravidade do anunciado, a autarquia deve analisar e tomar posição. Não se trata portanto de uma questão partidária ou seja defender a prestação dos serviços de saúde pública em Montemor não é partidária mas do interesse colectivo da população e da qualidade de vida e desenvolvimento do nosso concelho.

Ainda na sequência da sua intervenção o senhor Presidente disse não pode ficar calado e ser conivente com este atentado à saúde pelo que deverá discutir e tomar medidas sobre a matéria.

O documento que está em audiência pública não faz referência ao SAP de Montemor mas apenas à Rede de Serviços de Urgência propondo incompreensível e erradamente excluir Montemor da criação de um Serviço de Urgência Básica que nada tem a ver com o SAP. Nesse sentido, a Câmara deve discutir e tomar posição quer sobre a intenção de encerramento do SAP, do internamento clínico e dos postos médicos de Baldios, S. Geraldo, Cortiço e Casa Branca quer sobre a proposta da Rede de Serviços de Urgência Básica de Urgência defendendo a criação de um SUB em Montemor.

Aqui só se verificam duas situações: os que aceitam e apoiam o Governo e os responsáveis de saúde na intenção de diminuição e encerramento de serviços públicos de saúde e os que não aceitam estas medidas e se dispõem a denunciar e a lutar contra este atentado à saúde dos Montemorenses.

A terminar o senhor Presidente disse que quem despoletou toda esta situação foi os responsáveis locais e regionais do Ministério da Saúde ao prestarem aquelas declarações públicas e ao tomarem já medidas para encerrar postos médicos como acontece nos Baldios, em S. Geraldo e no Cortiço. Ainda que a Câmara Municipal continue aberta à negociação e ao diálogo, como tem provado, não pode ignorar que há encerramentos efectuados, outros em curso, que se quer encerrar o SAP e o internamento, que se quer excluir Montemor da Rede de Serviços de Urgência usando argumentos sem fundamento. Neste quadro, a Câmara tem obrigação de tomar uma posição forte em defesa da população da saúde no nosso concelho.

Foi o senhor Vereador Chaveiro que interveio seguidamente tendo afirmado que o documento que está em apreço é sobre serviço de urgências e neste sentido é seu entendimento que se deva preparar uma tomada de posição, e atendendo a que se trata de um documento que está em audiência pública até final do mês, há tempo para enviar essa posição.

A concluir o senhor Vereador disse que não devemos "atacar" Vendas Novas, mas sim defender a vinda do SUB - Serviço de Urgência Básico para Montemor por via do diálogo e união.

Foi a senhora Vereadora Hortênsia que usou depois da palavra tendo dito que não se vislumbra qualquer tipo de interesse em criar confusão, o documento em causa não fala no encerramento do SAP no entanto é legítimo que a população se interroge sobre os depoimentos apresentados pela Directora do Centro de Saúde de Montemor, como tal a Câmara Municipal deve tomar posição manifestando-se contra esta intenção.

Salientou ainda que encerraram outros serviços de saúde sem prévia informação.

Em nova intervenção o senhor Vereador Tregreira disse concordar plenamente com as palavras da senhora Vereadora.

Em seu entender trata-se de uma posição irreversível no entanto há que lutar até às últimas consequências.

A terminar o senhor Vereador disse que ao estar ligado às Misericórdias entende a necessidade dos serviços de internamento e como tal acha lamentável a situação que se prevê.

Em relação à população compreende a sua grande preocupação pois o que está em causa é os cuidados de saúde e não as questões partidárias.

Em nova intervenção o senhor Vereador Rogério disse que ficou verdadeiramente abismado quando ouviu a maioria CDU falar em defesa da população e que estão do seu lado, mas depois em lugar de a esclarecer confundem-na.

Apesar de não viver em Montemor, ao tomar conhecimento dos boatos que corriam, a primeira coisa que fez foi ouvir em directo as pessoas que são acusadas de terem proferido algumas informações e neste sentido foi-lhe transmitido pela senhora Directora do Centro de Saúde o contrário do que é aqui hoje afirmado. Não existe nada pior que a confusão para não se chegar a lado nenhum. Disse também conhecer estas técnicas que acha é que dão sempre mau resultado e trata-se de um caminho inadequado.

O que aqui deve ser discutido e decidido é se queremos ou não que a urgência que está prevista para Vendas Novas fique em Montemor e isso é que é defender a população de Montemor.

Continuando no uso da palavra disse que não tem nada contra Vendas Novas, mas que foi eleito pela população de Montemor e como tal é pelos seus interesses que tem que lutar e pensa que os outros deviam fazer o mesmo. Por outro lado, verifica-se a questão da centralidade é um argumento válido pelo qual se deve pronunciar e lutar, sendo esta a posição que a Câmara deve tomar.

Continuando a intervir o senhor Vereador disse não pactuar com vigílias que não levam a lado nenhum numa fase em que se está em negociação. O senhor Vereador João Marques afirmou que o governo é prepotente e não dialoga, mas o que se verificou aqui foi que falhou o fax, no entanto, foi recebido nesta Câmara Municipal como comprova o relatório, tal como afirmou o senhor Presidente da Câmara enviou uma carta em que pedia um conjunto de explicações, dois dias depois solicitou uma reunião urgente porque não obteve essas explicações, a reunião foi agenda pela ARS e ninguém compareceu para ouvir essas explicações, ora aqui está a prepotência, a Câmara Municipal solicitou uma reunião que lhe foi concedida e não compareceram para ouvir as explicações e ainda insistem em afirmar que há prepotência e não há diálogo! É um espanto!

Quando é afirmado que é porta-voz do Governo não compreende porquê pois as informações que obteve foram durante a tarde de hoje junto da senhora Directora do Centro de Saúde, local onde a Câmara também deveria ir obter informações, á semelhança do Grupo Parlamentar do PCP e outros elementos que também foram recebidos por aquela responsável.

Acrescentou ainda que a senhora Directora do Centro de Saúde teve oportunidade de lhe esclarecer que não se vislumbra a intenção de encerramento dos serviços do SAP e Internamento.

Disse ainda que se está de acordo com a população se conseguirmos defender os interesses dessa população. Continuando a intervir disse que também ser sindicalista e o que tem conseguido obter ao longo dos anos por via da negociação.

Também se fala no encerramento de extensões de saúde, sendo este o assunto desconhecido pela senhora Directora do Centro de Saúde.

Afirmou que o que é importante para a Câmara se movimentar é o que a comunicação social diz, e não se pode agir desta forma, deve inicialmente ouvir-se os intervenientes. O que fazia sentido é que a senhora Directora do Centro de Saúde recebesse o executivo para dar explicações e isto é que seria o caminho certo da negociação e não enveredar-se para movimentações e vigílias.

Lamentou a entrega de um documento por parte do senhor Presidente quase no final da reunião.

Em conclusão disse que o que está em causa são duas posições diferentes a do Presidente da Câmara que põe em causa o encerramento do SAP e Internamento e a sua que se baseia na luta para que a tal urgência deveria ficar em Montemor assente na centralidade geográfica e na população.

Em nova intervenção o senhor Vereador Danado disse que não se pretende estabelecer uma guerrilha entre Montemor e Vendas Novas, o que está em causa é uma questão de princípios, dizendo que o senhor Vereador Rogério concorda com a proposta apresentada e ele próprio não.

Referiu-se seguidamente aos trâmites necessários para obtenção dos serviços do 112 afirmando que tudo isto está na base da filosofia que o Governo adoptou para o país.

Reafirmou a sua posição sobre o não encerramento do SAP, Internamento e extensões de saúde. Actualmente dispomos dos serviços de saúde 24 horas e é isso que defende e como tal devemos lutar pelo que acreditamos.

Disse depois que na sequência de pedido de reunião formulada pelo Grupo Parlamentar do PCP, a senhora Directora do Centro de Saúde acedeu ao pedido e no decurso da referida reunião garantiu que não se vislumbra a hipótese do encerramento do SAP e Internamento. Hoje para sua grande surpresa ouviu às 17.50h a senhora Directora do Centro de Saúde afirmar peremptoriamente a intenção de encerramento dos referidos serviços de saúde.

Disse estar atento à comunicação social e nessa base entende que a Câmara Municipal deverá tomar posição sobre esta situação.

Voltou ao uso da palavra o senhor Vereador João Marques tendo afirmado que concorda que Vendas Novas tenha serviço de urgências, o que de facto não aceita é que em Montemor deixe de existir um serviço que dispõe deste há longos anos no concelho. É isto que não pode aceitar. Não entra em "guerras" sobre a localização, entende é que todos os concelhos deveriam dispor de serviços de urgência.

Referiu-se depois à questão da prepotência dizendo que até compreende a opinião do Vereador Rogério Pinto sobre as vigílias porque a prepotência do governo é de tal ordem que não sabe nem quer ouvir as populações e quer impor a todo o custo e sem olhar às consequências as medidas injustas como é o caso e tem sido demonstrado pelos nossos dirigentes governamentais e exemplos destes existem muitos a nível nacional infelizmente. Basta recordar a proposta de lei das Finanças Locais em que a ANMP procura o diálogo e fez propostas mas o Governo transmitiu que a Lei já estava definida e não a iria alterar, isto é que é prepotência, acrescentou.

Em relação ao documento em discussão pública sobre a rede de urgências, a Câmara Municipal pode pronunciar-se até 31 de Outubro e irá fazê-lo e, por certo, manifestar-se contra alguns critérios e nomeadamente o que se refere que 90% da população irá estar a menos de 45 minutos da urgência. No entanto, para apresentar uma proposta fundamentada é necessário levar a efeito reuniões com quem está por dentro desta matéria nomeadamente também com a ANMP e em conjunto com outros Municípios.

Segunda-feira terá lugar uma reunião na ANMP onde deverá estar presente alguém em representação da Câmara para recolha de dados e preparação da resposta.

No que diz respeito à intenção de encerramento do SAP e do internamento, dever-se-á fazer uma reflexão e discutir a matéria pelo impacto negativo que vai ter na população, a não ser que se queira assumir que a comunicação social local, regional e mesmo nacional inventou as declarações feitas pelos responsáveis da ARS e Centro de Saúde.

Pessoalmente não o faz, pois está escrito e assinado por quem escreveu, e as declarações da senhora Directora do Centro de Saúde foram ouvidas por grande parte da população.

Disse depois o mesmo autarca estar contra a filosofia de base daquele documento, para além da resposta que a Câmara Municipal venha a dar. Na qualidade de quadro de saúde, disse deter algum conhecimento do assunto como tal não concorda que o Serviço Nacional de Saúde deva ser alterado como está a ser levado a efeito pelo Governo. A filosofia que aqui está patente é a de que as decisões sobre os serviços públicos são meramente economicistas e não têm em conta a componente social. O senhor Vereador João Marques fez aqui a distinção entre os residentes em Lisboa que se deslocam aos serviços de urgência e os que vivem no concelho de Montemor com uma realidade completamente diferente nomeadamente quanto a distâncias e sistema de transporte de que já dispusemos e que actualmente não dispomos. De, como exemplo, um residente que viva em S. Cristovão e que percorra 20 Kms até Montemor para vir à urgência e que agora tenha que se deslocar a Vendas Novas percorrendo uma distância de cerca de 60 Kms.

É seu entendimento que a Câmara Municipal deveria até ter uma posição mais rígida porque tem tido uma postura de apelo ao diálogo quando o Governo não quer diálogo mas imposição, a Câmara deveria reagir ainda com maior veemência. É inaceitável que a Câmara peça informações e reuniões, apela ao diálogo e por parte dos responsáveis locais e regionais da saúde se dê garantias de não encerramento e depois, sem mais, se queira encerrar serviços de saúde, sem base no diálogo e sem respeito institucional, como provam as declarações à comunicação social.

Salientou que se o senhor Vereador Rogério Pinto tem informações privilegiadas que nem à Câmara são disponibilizadas, alguma razão há. No entanto, muita gente ouviu as declarações à rádio da senhora Directora do Centro de Saúde a afirmar peremptoriamente que o SAP iria ser encerrar.

A concluir disse que, em relação ao SAP, existe uma ameaça de encerramento e, neste sentido, dever-se-á tomar posição e a sua posição pessoal é contra o encerramento destes serviços e, tendo em conta o que surgiu na comunicação social, em termos institucionais a Câmara Municipal deve por certo pronunciar-se também contra esta situação.

Foi o senhor Presidente que voltou a intervir tendo afirmado que a questão fundamental, á qual os Vereadores do PS não podem fugir ou tentar iludir, é o encerramento do SAP, do internamento clínico e dos postos médicos de Silveiras, S. Geraldo, Casa Branca, Baldios e Cortiço. A esta questão acresce a exclusão incompreensível de Montemor na Rede de Serviços de Urgência à qual a Câmara deverá também responder adequadamente. Ao contrário do que afirmou o Vereador Rogério, a Câmara sempre tem tido uma posição dialogante e de colaboração com o Ministério da Saúde, a ARS e o Centro de Saúde. São disso exemplos a construção ou adaptação de postos médicos que devia, ser da responsabilidade do Governo mas que a Câmara e Juntas de Freguesia assumiram; o apoio à melhoria das instalações e equipamentos; a colaboração em inúmeros programas de prevenção de saúde; a disponibilização de terrenos para novas instalações de saúde. Mesmo neste caso, houve contactos variados em que nos foi afirmado, até por escrito, que não ia haver encerramento de serviços e agora, numa atitude inqualificável, o Ministério da Saúde, a ARS e a Directora do Centro de Saúde vem anunciar publicamente o contrário do que antes tinham assegurado. A Câmara tem agido de boa fé pelo que recusa acusações do Vereador Rogério.

Continuando a intervir, o senhor Presidente disse que já esclareceu a questão da reunião com a Presidente da ARS pelo que a insistência do Vereador Rogério neste caso só pode ser entendida para tentar desviar a atenção do essencial. Regista que o Vereador Rogério tente que a Câmara não denuncie e se acomode perante este atentado à saúde dos Montemorenses e que tente desvalorizar as iniciativas dos que se opõem a estas inaceitáveis medidas como se prova quando diz "Não pactuar com vigílias que não levam a lado nenhum" mas não é possível defender a saúde e os interesses colectivos dos Montemorenses e ao mesmo tempo ignorar o encerramento de serviços essenciais de saúde pública.

O senhor Presidente disse ainda registar esta tentativa do Vereador Rogério Pinto que, com base nas informações privilegiadas de que diz dispor, tenta esta "nuance" de que a Directora do Centro de Saúde afirmou que o SAP não encerraria apenas funcionará menos horas. Ou seja, o actual SAP que funciona 24h encerra 8 a 10 h durante a noite, continuará a chamar-se Atendimento Permanente mas não funciona de forma permanente.

Acrescentou ainda que, ao contrário do afirmado pelo Vereador Rogério, o SAP faz também atendimentos urgentes além de outros não urgentes e isso é fundamental.

A Câmara tem um compromisso com a população de Montemor e deve cumpri-lo.

O senhor Presidente apresentou, então, um documento de trabalho do seguinte teor:

Sendo que,

*1. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não recebeu, até ao momento, qualquer informação escrita ou verbal do Governo, da ARS ou dos Responsáveis locais de Saúde sobre as intenções de encerramento serviços públicos de saúde existentes no concelho, nomeadamente de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente, do internamento clínico e de extensões de saúde (postos médicos) do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo;*

*2. A ARS, em resposta a várias diligências da Câmara e Assembleia Municipais em finais de 2005 e em 2006, sempre informou por escrito e verbalmente em reuniões marcadas para o efeito que não se previas alterações nos Serviços de Saúde Pública do Concelho, nomeadamente que o SAP não iria encerrar;*

*3. A "Proposta da Rede de Serviço de Urgências " apresentada pelo Governo não implica o encerramento do SAP já que faz a distinção entre Atendimento Permanente e Urgência, o que significa que a manutenção do SAP é compatível com a Rede de Urgências;*

*4. Dirigentes da ARS e a Directora do Centro de Saúde assumiram, nos últimos dias, interna e publicamente os encerramentos do Serviço de Atendimento Permanente, do internamento clínico (com a privatização do serviço) e, pelo menos, dos Postos Médicos de Silveiras, S. Geraldo, Casa Branca e Baldios,*

a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em reunião extraordinária de 13 de Outubro de 2006, delibera:

- a) Considerar um acto atentatório do direito constitucional à saúde da população do concelho, a intenção do Governo, coadjuvado pela ARS Alentejo e pelos responsáveis locais de Saúde, de encerrar o SAP, o internamento clínico e Postos Médicos do Concelho de Montemor-o-Novo;
  - b) Condenar a conduta política dos responsáveis da ARS Alentejo que, em resposta às preocupações da Câmara e Assembleia Municipais, garantiram por escrito que o SAP não iria encerrar e agora, numa conduta eticamente condenável, anunciaram o encerramento do SAP e de outros serviços de saúde pública que servem a população do concelho;
  - c) Manifestar ao Governo a disponibilidade para um diálogo frutuoso que garanta os níveis de atendimento de qualidade e de acesso à saúde hoje existentes no Concelho;
  - d) Solicitar, com carácter de urgência, uma audiência ao senhor Ministro da Saúde para expor a quebra na qualidade e quantidade dos serviços de saúde que tais medidas implicariam para a população de Montemor;
  - e) Convidar a Assembleia Municipal, as Juntas e Assembleias de Freguesia para uma reunião conjunta de análise e tomada de posição sobre a grave situação em que ficará a Saúde Pública da População do Concelho;
  - f) Realizar, até ao final do ano. Jornadas em Defesa do Direito à Saúde, com um programa a aprovar pela Câmara, onde se realizem por todo o concelho as mais diversas iniciativas sob aquele tema;
  - g) Lançar uma campanha de esclarecimento e denúncia públicas sobre a gravidade destas medidas para a população, em particular, para os cidadãos de menores recursos económicos;
  - h) Apelar à mobilização da população do concelho, gravemente penalizada se estas medidas se concretizarem, contra o encerramento de Serviços e em defesa do seu direito à saúde;
  - i) Apoiar as iniciativas contra o encerramento dos Serviços de Saúde e em defesa do Direito à Saúde que surjam na sociedade montemorense, nomeadamente a Vigília de Protesto a realizar no próximo dia 20 de de Outubro, junto ao Centro de Saúde e proposta pela Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Concelho de Montemor-o-Novo;
- Acompanhar o evoluir da situação e tomar novas deliberações que se justifiquem.

De novo no uso da palavra o senhor Vereador Rogério referiu-se ao CODU dizendo que este sistema já existe desta forma em todo o país, pois é impossível existir um "112" em cada concelho.

Disse ainda não concordar com o documento que foi entregue pelo senhor Presidente, muito menos com o facto de apenas ser apresentado agora que são cerca das 23:30 horas e estamos no final da reunião, sem qualquer espaço de tempo para o podermos analisar e termos uma opinião abalizada, reafirmando que não é desta forma que se deve trabalhar e não está de acordo com procedimento democráticos.

Retomou a palavra o senhor Presidente para dizer que as reuniões extraordinárias foram convocadas de acordo com a lei o mesmo aconteceu com os documentos da presente reunião que foram entregues de acordo com o Regimento. O documento que agora apresentou foi um documento de trabalho e de acordo como Regimento pode fazê-lo da forma como fez, podendo também qualquer eleito apresentar as propostas que entender. Estão asseguradas todas as regras democráticas como se demonstra nesta reunião em que, sobre uma matéria crucial para o bem estar da população, cada eleito pode dizer e propor o que entender.

O senhor Presidente propôs aqui a realização de um intervalo de pelo menos 15 minutos para que cada um possa analisar o documento apresentado, propor alterações ou apresentar alternativas. Concluiu dizendo que os argumentos do Vereador Rogério Pinto tentam desviar a atenção das questões fundamentais em discussão.

Retomada a reunião o senhor Presidente perguntou quem queria intervir.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Rogério para afirmar que o tempo de intervalo que dispôs foi para elaborar uma proposta concreta que passou a ler:

Acta nº 23 da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo de 23/10/06 - pág -

*R. Pinto*  
*R. Pinto*

*" Os Vereadores Socialistas desta Câmara Municipal entendem que o assunto que está neste momento em discussão é o que consta da Proposta de Rede de Serviços de Urgência, que se encontra em discussão pública até fim deste mês e não o encerramento do SAP - Serviço de Atendimento Permanente ou sequer o internamento.*

*Nessa proposta estão definidos critérios para estabelecimento das urgências está escrito que Vendas Novas será a urgência que no futuro servirá Montemor-o-Novo.*

*Salvo melhor opinião se os dados estiverem correctos a nossa cidade estará em melhores condições para receber essa urgência.*

*Assim, propomos que a deliberação desta Câmara seja sobre se vamos ou não lutar para que a urgência venha para Montemor-o-Novo?.*

Voltou a intervir o senhor Presidente tendo tido que as duas propostas apresentadas não são conciliáveis, pois os eleitos do PS só se referem à proposta da Rede de Serviços de Urgência e à localização da nova urgência a criar enquanto que o eleitos da CDU entendem que, para além da localização do novo serviço de urgência em relação ao qual a Câmara deve enitir parecer a demonstrar que deve localizar-se em Montemor, a questão central é o encerramento do SAP, do internamento clínico e de vários Postos Médicos que afectam gravemente a saúde das populações, como tal propôs que sejam votadas em alternativa.

Foi o senhor Vereador Tregreira que usou seguidamente da palavra para afirmar que concorda com ambas as propostas apresentadas.

O senhor Presidente colocou então à votação, em alternativa, as duas propostas em discussão, a primeira apresentada pelo senhor Presidente, a segunda apresentada pelos Vereadores do PS.

A terminar o senhor Vereador Tregreira disse temer que esta situação se venha na realidade a efectivar, pois está a verificar-se uma perda de condições e qualidade de vida em Montemor e neste contexto vota contra o encerramento do SAP e Internamento.

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou a proposta apresentada pelo senhor Presidente que recolheu 5 votos favoráveis dos quatro Eleitos pela CDU e do Vereador Tregreira da Coligação PSD/CDS "Juntos por Montemor" enquanto a proposta apresentada pelos Vereadores do PS obteve dois votos daqueles eleitos.

A proposta aprovada tem o seguinte teor:

*A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não recebeu, até ao momento, qualquer informação escrita ou verbal do Governo, da ARS ou dos Responsáveis locais de Saúde sobre as intenções de encerramento de serviços públicos de saúde existentes no concelho, nomeadamente de encerramento do Serviço de Atendimento Permanente, do internamento clínico e de extensões de saúde (postos médicos) do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo;*

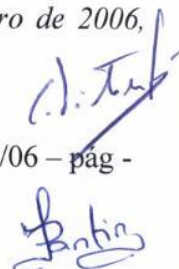
*2. A ARS, em resposta a várias diligências da Câmara e Assembleia Municipais em finais de 2005 e em 2006, sempre informou por escrito e verbalmente em reuniões marcadas para o efeito que não se previam alterações nos Serviços de Saúde Pública do Concelho, nomeadamente que o SAP não iria encerrar,*

*3. A "Proposta da Rede de Serviço de Urgências" apresentada pelo Governo não implica o encerramento do SAP já que faz a distinção entre Atendimento Permanente e Urgência, o que significa que a manutenção do SAP é compatível com a Rede de Urgências;*

*4. Dirigentes da ARS e a Directora do Centro de Saúde assumiram, nos últimos dias, interna e publicamente os encerramentos do Serviço de Atendimento Permanente, do internamento clínico (com a privatização do serviço) e, pelo menos, dos Postos Médicos de Silveiras, S. Geraldo, Casa Branca e Baldios,*

*a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, em reunião extraordinária de 13 de Outubro de 2006, delibera:*

Acta nº 23 da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo de 23/10/06 – pág -



- a) Considerar um acto atentatório do direito constitucional à saúde da população do concelho, a intenção do Governo, coadjuvado pela ARS Alentejo e pelos responsáveis locais de Saúde, de encerrar o SAP, o internamento clínico e Postos Médicos do Concelho de Montemor-o-Novo;
- b) Condenar a conduta política dos responsáveis da ARS Alentejo que, em resposta às preocupações da Câmara e Assembleia Municipais, garantiram por escrito que o SAP não iria encerrar e agora, numa conduta eticamente condenável, anunciaram o encerramento do SAP e de outros serviços de saúde pública que servem a população do concelho;
- c) Manifestar ao Governo a disponibilidade para um diálogo frutuoso que garanta os níveis de atendimento de qualidade e de acesso à saúde hoje existentes no Concelho;
- d) Solicitar, com carácter de urgência, uma audiência ao senhor Ministro da Saúde para expor a quebra na qualidade e quantidade dos serviços de saúde que tais medidas implicariam para a população de Montemor,
- e) Convidar a Assembleia Municipal, as Juntas e Assembleias de Freguesia para uma reunião conjunta da análise e tomada de posição sobre a grave situação em que ficará a Saúde Pública da População do Concelho
- f) Realizar, até ao final do ano. Jornadas em Defesa do Direito à Saúde, com um programa a aprovar pela Câmara, onde se realizem por todo o concelho as mais diversas iniciativas sob aquele tema;
- g) Lançar uma campanha de esclarecimento e denúncia públicas sobre a gravidade destas medidas para população, em particular, para os cidadãos de menores recursos económicos;
- h) Apelar à mobilização da população do concelho, gravemente penalizada se estas medidas se concretizarem, contra o encerramento de Serviços e em defesa do seu direito à saúde;
- i) Apoiar as iniciativas contra o encerramento dos Serviços de Saúde e em defesa do Direito à Saúde que surjam na sociedade montemorense, nomeadamente a Vigília de Protesto a realizar no próximo dia 20 Outubro, junto ao Centro de Saúde e proposta pela Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Concelho de Montemor-o-Novo;
- Acompanhar o evoluir da situação e tomar novas deliberações que se justifiquem.*

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e quatro horas agradecendo a forma como decorreu a reunião e a atenção e comportamento cívico do público presente.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

*M. L. S. Martins*  
*M. L. S. Martins*

O PRESIDENTE DA CAMARA,



A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA ESPECIALISTA

Yonia Luiza da Silva Fontins